

»Entrevista | **VITAL DO RÊGO** | PRESIDENTE DO TCU



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a entrevista.

O Brasil perdeu a mão nos subsídios

E nesses golpes digitais tem a ver com o INSS também?

Não é INSS, mas por isso que apareceu. Mas, no ano que vem, vamos abrir outra consulta para mais cinco novas auditorias que o povo quer. Isso vai corresponder a 20% do nosso trabalho, e o povo vai decidir. E uma coisa leva a outra. Se a gente diminuir os erros das prefeituras, a gente aumenta a nossa carga de trabalho para auditorias como essa, essas consultas públicas. Esse Tribunal Social vai fazer a diferença, como outro grande trabalho que começou na gestão de Bruno Dantas, a Secex Consenso.

O que é a Secex Consenso?

Nós temos um grupo de estudiosos que recebem uma tarefa, chegar no consenso. Hoje, o consensualismo é o fim do direito administrativo. Todos os canais, no mundo inteiro, do Judiciário, estão levando para o consenso. Na área administrativa, o TCU está trazendo esse consenso por meio desta secretaria para agilizar os processos. A Secex Consenso recebe o problema, junta nessa mesa, Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU), por meio de seus procuradores, ministério competente, o ministério relativo ao problema, o ministério competente, e, do outro lado, a outra parte, com seus advogados. Aí, nós damos 90 dias de prazo para eles chegarem a um consenso, podendo ser acrescido em mais 30 dias, ou seja, no máximo, 120 dias. Se em 120 dias não se chegar a um consenso, o processo é arquivado e a briga continua. Mas se em 120 dias chegarem a um consenso, todas as ações na justiça são arquivadas, todas as ações do TCU são arquivadas, e o modelo de concessão é outro, trazendo investimentos mais rápido. Já recebemos 40 pedidos de soluções consensuais. E desses 40 pedidos, temos uma admissibilidade, saber se o pedido está dentro das nossas regras. E nós já estamos com 50 pedidos de outros problemas.

Tem um mais recente?

A do Aeroporto de Brasília, por exemplo. Na segunda-feira passada, eu assinei a admissibilidade da Solicitação de Solução Consensual (SSC) relacionada ao contrato de concessão do Aeroporto de Brasília, administrado pela Inframerica. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e o presidente da Inframerica, Jorge Arruda, estavam presentes. Nós resolvemos o problema do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. A concessionária queria devolver a concessão, e esticamos o prazo. Investimentos estão sendo feitos depois da solução consensual. Agora, admitimos o processo do Aeroporto de Brasília. O grupo foi formado e ele vai começar a contar o tempo do relóginho dos 90 dias iniciais. O Aeroporto de Brasília, hoje, é o mais importante do país, no nosso entendimento. É muito bem avaliado, está entre os melhores da América Latina, mas está estrangulado. A concessionária, com os seus problemas, promete, se chegar a um consenso, investir rapidamente em situações como um terminal internacional. O atual é acanhado para o tamanho.

O senhor está otimista no caso do Aeroporto de Brasília?

Eu tenho certeza de que vamos resolver o problema do Aeroporto de Brasília. Eu lamentei muito não termos resolvido o problema de Viracopos, em Campinas (SP). No último dia, deu água. Quer dizer, houve um empecilho, aí Viracopos voltou para a estaca zero, e vão relicitar.

Aqui o senhor acredita que vai resolver baseado em quê?

Nas conversas que tivemos, eu tive conversas com o governador Ibaneis, que está muito empenhado, tive conversas com o CEO da Inframerica, que está muito empenhado. Ele tem programas de expansão muito bons. Eu acredito muito que Brasília dê certo. O consenso muda a vida das pessoas. A gente quer exatamente destravar a economia para que as pessoas sintam no bolso, na qualidade de vida. O cidadão é o foco final. E temos outros projetos

que estão acontecendo, como o da proposta do Terminal de Contêineres Tecon 10, que vai ser licitado. Isso vai atrair investimentos e dobrar a capacidade do Porto de Santos (SP) e se tornar um dos maiores portos do mundo. O processo de equalização desse leilão está aqui no TCU.

Mas é uma licitação ou é outra parte?

É uma área nova que vai ser licitada, na margem direita do Porto de Santos. Chama-se Tecon 10, vamos fazer um painel de referência, onde o povo pode participar. E, então, sair com um projeto. Esses painéis de referência são importantes. Vamos fazer um painel do setor aéreo. Por que não dá certo a aviação no Brasil? E outro com as as Forças Armadas. E, assim, cada vez mais, estamos criando condições de o cidadão ver o nosso trabalho. Eu digo sempre, quando eu tiver um acordo nosso, com linguagem simplificada, sem os juridiquês, de que a mulher da rodoviária de Brasília possa entender, eu me dou por satisfeito.

Por quê?

Nós queremos, cada vez mais, dar a esse Tribunal essa relação próxima com o cidadão. Hoje, muitas vezes, um acordo nosso, até para jornalista, é difícil de ler, é difícil de interpretar. Então, nós estamos fazendo uma linguagem simplificada para que o cidadão tenha acesso.

Agora, ministro, falando um pouquinho de contas públicas, como é que está o monitoramento do Orçamento?

O Orçamento do ano passado foi aprovado. As contas públicas, na Constituição, é o nosso trabalho mais solene, é o nosso trabalho mais importante. Nós fazemos uma análise, a cada bimestre. De janeiro e fevereiro, aí, em março, o tribunal julga esse bimestre. No ano, são seis bimestres. Nós acompanhamos a conta pública, do começo ao fim, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Mas neste ano, o primeiro relatório bimestral saiu só em maio...

Exatamente, houve problemas de informações, mas isso é o que nós fazemos. Aí, o relatório do segundo bimestre saiu perto do primeiro, porque tem que sair. Eu fui o relator do Orçamento de 2023, primeiro ano da gestão atual. E levantei um assunto, respondendo ao que você pergunta das contas de governo, eu acho que o grande problema das contas de governo é que o Brasil perdeu a mão nas renúncias fiscais e nos subsídios. Eu vou explicar para vocês o porquê.

O ministro Fernando Haddad fala em R\$ 800 bilhões...

Eu tenho informações mais novas do que ele. Eu levantei essa questão em 2023 e fui até o presidente (Lula) e disse que, com a soma dessa relação de renúncia fiscal, a conta não vai fechar. Aí o governo fica fazendo todo tipo de ginástica, malabarismo, para arrumar R\$ 4 bilhões-R\$ 10 bilhões. Estou falando

Fotos: Bruna Gaston/CB/D.A Press



Nada é mais urgente do que um esforço comum do governo, do Congresso, para acabar com esses privilégios. Eu tenho dito isso há algum tempo"



Admitimos o processo do Aeroporto de Brasília. O grupo foi formado e ele vai começar a contar o tempo do relóginho dos 90 dias iniciais"

de números que, em 2024, somaram R\$ 600 bilhões. E, em 2025, será perto de R\$ 900 bilhões em renúncias fiscais e benefícios tributários. São renúncias como a desoneração da folha para 17 setores da economia que eu destaquei no relatório relativo às contas de 2023. É preciso fazer um corte linear com toda a sociedade de 10% e haveria uma economia que seria, hoje, de R\$ 90 bilhões.

Seria mais do que a receita prevista com o aumento do IOF...

Estou falando de R\$ 90 bilhões. É preciso enfrentar essa questão da renúncia fiscal com coragem e com o Congresso junto, porque, muitas vezes, o projeto de renúncia sai de um jeito e volta do outro, do Congresso. Essa renúncia acaba sendo eterna. Tem setores da economia que só vivem com essa renúncia tributária. E eu fiz um trabalho na minha relatoria sobre a tomada de contas de 2023, e mostrei que a renúncia fiscal,

os benefícios tributários, não tem a mesma reciprocidade econômica ou social. E provei isso com vários, vários exemplos. E o mais gritante foi o setor automotivo.

Mas o setor automotivo é o que mais recebe subsídios?

É um dos que mais recebe. Tem a Zona Franca de Manaus, o Simples, que é o que mais recebe subsídios, e outros.

E as emendas parlamentares?

Estamos trabalhando com as emendas em parceria com o Supremo. Estamos acompanhando o relator da matéria, o ministro Flávio Dino, tecnicamente. Essas emendas estão sendo analisadas pelo Supremo.

Voltando a falar dos subsídios, em 2016-2017, na época da aprovação do teto de gastos, a conta de subsídios estava em torno de R\$ 400 bilhões e o

senhor, agora, fala em R\$ R\$ 900 bilhões, mais do que o dobro em menos de 10 anos. Esse é o principal problema que o governo e o Congresso precisam enfrentar?

Eu acho. Eu venho dizendo isso desde 2023. Nada é mais urgente do que um esforço comum do governo, do Congresso, para acabar com esses privilégios. Eu tenho dito isso há algum tempo. E coloquei isso no relatório do Orçamento de 2023.

E tem a questão da Previdência, que vai precisar de uma nova reforma...

Pois é, a Previdência quebra as fontes do equilíbrio fiscal. Tanto que, se não houver uma ação coordenada e gestos do Congresso para viabilizar mudanças estruturais na Previdência, vai chegar um momento em que nós não vamos ter dinheiro para pagar a Previdência. Hoje, a base etária da pirâmide invertiu. Aqui no TCU, quando cheguei há 10 anos, eram 5,7 contribuintes para um beneficiário. Hoje é 1,7 para um. Isso, somado à longevidade da população brasileira, somado às discussões que nunca foram travadas, por exemplo, com relação à proteção social aos militares. O Brasil tem que decidir se o militar tem uma proteção especial ou não.

O militar aposentado custa caro se comparado ao civil....

Sim. Ele custa, está prontidão 24 horas, e tem obrigações que o servidor normal não tem. Mas não tinha que estar na Previdência. E essa é uma decisão política do Estado brasileiro. O militar, por suas funções especiais, é ou não um servidor especial? E tem a Constituição Federal, que permitiu a aposentadoria de milhares de agricultores. Aquilo nunca podia estar na Previdência, porque era assistência social. Eles foram aposentados sem ter contribuído com um único real. Agora, vou dizer uma coisa a vocês. O rombo da Previdência Social está em R\$ 461 bilhões, e é menos do que a renda fiscal, de R\$ 900 bilhões. Por isso eu digo que esse é o maior problema do Brasil.

E essa nova PEC dos precatórios, a PEC 66, foi aprovada pela Câmara e em primeiro turno pelo Senado. Qual sua avaliação sobre ela? É mais uma bomba fiscal?

A imprensa sabe mais do que nós. Eu não tenho o que falar porque eu não fui instado a isso. Ainda não. O TCU precisa ser provocado para se pronunciar. E aí, como eu não fui provocado, eu não quero emitir nenhum juízo de valor, até porque eu não participei das tratativas dessa PEC. O Congresso e o Poder Executivo têm passado por muitas idas e vindas e, assim. Nessa questão do IOF, há uma análise jurídica que tentou se harmonizar, mas não adiantou. Será preciso um entendimento entre as duas partes.

Qual a sua avaliação dessa briga entre o Executivo e o Congresso?

Eu acho que, abstraindo os direitos que o Congresso tem, que são consagrados na Constituição, mas, à primeira vista, existem

competências que são exclusivas do Executivo. Mas, como nós não estamos participando desse processo, eu não sei também quais são os argumentos de defesa por parte do Congresso, por decreto legislativo. É preciso lembrar que o IOF é um imposto regulador.

E sobre supersalários. O senhor acompanha essa situação?

Eu acho que a reforma administrativa deve acabar com isso. Uma das coisas que a reforma administrativa deve atacar são o que se chama super salários ou penduricalhos, que são "legais", mas que não correspondem com a vontade equitativa do povo brasileiro. Eu entendo que nós pagamos mal, também, ao servidor público, de uma forma geral. Nós pagamos mal também. E aí colocamos gatilhos para flexibilizar essas receitas com situações que espero que a reforma administrativa acabe.

E essa reforma sai?

Vai sair. Eu estive conversando com o relator, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), a respeito da parte que interessa a gente, o Tribunal. Ele está muito animado. Há um sentimento no Congresso que vai sair. Eu tenho estado muito no Congresso. Eu tenho sentido isso quando as minhas visitas ao Congresso. Eu estou sempre visitando as comissões.

Ministro, em relação ao concurso do TCU, alguma novidade?

Nós recrutamos os servidores do concurso passado, foram aprovados 58 novos auditores. E vamos abrir um concurso para técnicos, nível técnico para apoio. E, no próximo ano, vamos abrir um concurso para mais 100 vagas. Isso está no nosso programa. E já está autorizado pelo governo federal. Está dentro do nosso escopo, dentro do nosso arcabouço. E, cada vez mais, nós estamos ampliando a tecnologia para fazer economizar no homem.

E quanto vocês investem em tecnologia?

São R\$ 150 milhões ao ano. Nós temos aqui seis robôs, seis robôs supercomputadores, que decifram qualquer ato administrativo no Brasil, em qualquer cidade brasileira. Se ela lançar um edital, o nosso sistema capta, e, se ele estiver errado, ele já sai automaticamente e já é enviado à prefeitura. E, por coincidência, todos eles são com nomes de mulheres: Alice, Adele, o mais novo é Mari. Alice, análise de licitação e edital; Adele, análise de dispensa e inexigibilidade de licitação eletrônica; Sofia, sistema de orientação sobre os fatos e indícios para o auditor, Mônica, monitoramento integrado de controle de aquisições; Ágata, aplicação geradora de análise de textos com aprendizado, Karina, analisador de registros da imprensa nacional. E Marina, mapa de risco de aquisições. E agora nasceu Maria.

E já com Inteligência Artificial?

Sim. E nós somos o único órgão no Brasil que desenvolveu o próprio chat, o Chat TCU. O código-fonte está sendo disponibilizado já para 123 entidades, desde municípios, no Brasil, e até 10 nações, como Panamá e Chipre, que compartilham o código-fonte. Todos os tribunais de contas dos estados receberam esse código.

Em relação aos comentários dos superpoderes paraibanos na República. O senhor concorda? Tem presidente em tudo quanto é lugar...

Espero que não tenha a mesma fama da República de Alagoas. É uma responsabilidade muito grande. Os fatos levaram à ocupação de espaços contrerrâneos em órgãos importantes do país, no Tribunal, no Senado, com o Veneziano do Rêgo (MDB-PB), agora, com o Hugo Motta (Republicanos-PB) na presidência da Câmara. E tem no Banco do Brasil, no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), na Caixa Econômica Federal... Vejo como uma oportunidade de a Paraíba mostrar o seu valor, por meio desses nomes que estão ocupando o espaço privilegiado nesses setores. Eu encaro como uma oportunidade de ouro para que o paraibano possa se orgulhar do trabalho que nós estamos podendo fazer. (AD e RH)

Exposição de acervo do BC

A segunda grande estratégia que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, conta que o órgão está desenvolvendo é a do Tribunal Cidadão, que visa abrir e potencializar o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília, por meio de exposições e cursos.

"Quem não conhece, precisa conhecer, porque ele é o melhor centro de pesquisa, cultura que a gente pode ter em Brasília, por incrível que pareça", afirma. Segundo ele, a administração atual pretende potencializar esse Instituto como um canal de relacionamento com o cidadão.

De acordo com ele, está em cartaz no ISC, a exposição Cenas Brasileiras, em parceria com o Banco Central, sobre o modernismo brasileiro (foto). Estão sendo expostas 55 obras do acervo

TCU/Divulgação



do Banco Central, que deve "estar entre, segundo os curadores, entre meio bilhão de reais".

"São obras de 14 artistas brasileiros, como Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Cicero Dias e também de Salvador Dalí, que foi a grande referência do Modernismo brasileiro", destaca.

A exposição integra a programação cultural em comemoração dos 135 anos e o órgão está fazendo uma programação cultural especial ao longo do ano. Além da exposição Cenas Brasileiras, que termina em agosto, a ideia é

ter uma mostra só com obras de Tarsila do Amaral.

"Vamos trazer, vamos trazer o Abaporu de Buenos Aires e todas as obras de Tarsila", promete ele, adiantando que também pretendem trazer para Brasília o Balé Bolshoi, de Santa Catarina. "Estamos tentando ver se conseguiremos o Teatro Nacional, que foi reaberto, para trazermos o balé", adianta.

O Instituto, segundo Vital do Rêgo, também tem um mestrado em administração pública, uma pós-graduação em administração pública, e, acaba de lançar o projeto do Programa Gestor Capacitado, que vai ser desenvolvido on-line com os municípios. "Cada município vai nos oferecer pessoas que se interessam por se capacitar. Esse programa começa com trilhas para serem cumpridas.. A primeira delas é a da gestão de recursos federais e, no fim, o funcionário recebe o certificado do TCU, dizendo que ele está capacitado por nós para ser gestor", explica. Segundo ele, esse curso on-line vai ajudar a reduzir as irregularidades cometidas na gestão pública. (AD e RH)